

PRODUTIVISMO ACADÊMICO: DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO AO ADOECIMENTO

PRODUCTIVISMO ACADÉMICO: DE LA INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO A LA ENFERMEDAD

ACADEMIC PRODUTIVISM: FROM WORK INTENSIFICATION TO ILLNESS

Carla Guimarães Ferreira*

carla.guimaraes@fasfsul.com.br

Lorena Esteves de Oliveira**

lloris_88@hotmail.com

*Universidade Federal Fluminense - UFF

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

Como efeito da globalização, a aceleração do tempo do capital e a eficiência se tornam consequências das relações de trabalho, não só nas organizações privadas, mas também nas públicas. A educação e suas agências de fomento passam a ter um discurso gerencialista com foco na produtividade. Neste estudo, foi percebido que este fenômeno atravessa a vida dos professores. A pesquisa realizada é qualitativa, do tipo bibliográfica, e objetivou estudar as possíveis consequências do produtivismo acadêmico na saúde mental dos docentes. Destes estudos, foram percebidas duas consequências. Uma é a pressão pela intensificação do trabalho realizada por uma ordem burocrática em que o sujeito adere às demandas da sua função –por senso de obrigação ou pela falta de funcionários na sua unidade –, ou por intermédio da sedução, que oferece para os que mais se sobrecarregam, status e reconhecimento. A segunda é o adoecimento pela intensificação do trabalho promovida pela produtivismo acadêmico; nesta seção notou-se que a saúde mental do trabalhador também pode ser traduzida em adoecimentos físicos e uso de medicamentos. Considera-se necessária a ampliação do tema e a discussão de possíveis caminhos para transpor estas formas de submissão subjetiva ao produtivismo acadêmico.

PALAVRAS CHAVE: Produtivismo Acadêmico. Saúde Mental. Trabalho Docente.

Resumen

Como efecto de la globalización, la aceleración del tiempo y la eficiencia del capital se han convertido en consecuencias de las relaciones laborales, no solo en las organizaciones privadas, sino también en las públicas. La educación y sus agencias de desarrollo comienzan a tener un discurso gerencial enfocado en la productividad. En este estudio, se notó que este fenómeno afecta la vida de los profesores. La investigación realizada es de tipo cualitativo, bibliográfico y buscó estudiar las posibles consecuencias del productivismo académico sobre la salud mental de los docentes. A partir de estos estudios se percibieron dos consecuencias. Una es la presión por intensificar el trabajo realizado por un orden burocrático en el que el sujeto se adhiere a las exigencias de su función –por un sentido de obligación o por la falta de empleados en su trabajo–, o mediante la seducción, que ofrece status y reconocimiento a quienes están más abrumados. El segundo es la enfermedad por la intensificación del trabajo promovida por el productivismo académico; en este apartado se señaló que la salud mental del trabajador también puede traducirse en enfermedades físicas y uso de medicamentos. La

investigación realizada es de tipo cualitativo, bibliográfico y tiene como objetivo estudiar las posibles consecuencias del productivismo académico sobre la salud mental de los docentes. Se considera necesario ampliar el tema y discutir posibles formas de transponer estas formas de sometimiento subjetivo al productivismo académico.

PALABRAS CLAVE: Productivismo Académico. Salud Mental. Trabajo Docente.

Abstract

As an effect of globalization, the acceleration of capital's time and efficiency have become consequences of labor relations not only in private organizations, but also in public ones. Education and its development agencies develop a managerial discourse focused on productivity. In this study, was noticed that it was observed how this phenomenon affects the life of teachers. This research is qualitative, based on the bibliographic review type and aim to study the possible consequences of academic productivism on the mental health of professors. From these studies, two consequences were perceived. One is the pressure to intensify the work for a bureaucratic order in which the subject adheres to the demands of their function – by a sense of obligation or by the lack of employees in their unit –, or through seduction, which offers status and recognition to those who overwork themselves. The second consequence is illness due to the intensification of work promoted by academic productivism; in this section it was noted that the worker's mental health can also be translated into physical illnesses and use of medications. It is considered necessary to broaden the theme and discuss possible ways to transpose these forms of subjective submission to academic productivism.

KEYWORDS: Academic Productivism. Mental health. Professors' Work.

1. Introdução

Com a reforma estrutural do Estado de 1990, que incluiu uma reforma educacional no período, verificou-se a adoção de uma série de políticas neoliberais que mudaram a configuração da universidade e que ainda estão em curso hoje. O governo da época adotou o discurso gerencialista da eficiência, fortalecendo o papel de controle como função do Estado por meio de avaliações e metas. As ferramentas de avaliação do desempenho no trabalho (como a utilização de plataformas online para a avaliação da pós-graduação) restringem a autonomia docente e intensificam sua jornada de trabalho.

As universidades, por não possuírem administradores e infraestrutura administrativa de qualidade e em quantidade, sobrecarregam os professores com funções burocráticas, retirando-lhes tempo que deveriam utilizar com as pesquisas e obrigando-os a publicar para que os cursos sejam bem avaliados. Produz-se, assim, uma incompatibilidade fundamental na atividade docente.

O produtivismo acadêmico se apresenta como uma das formas do trabalho capitalista contemporâneo. O docente utiliza as horas do dia em seu extremo e tem seu corpo levado à exaustão em prol da produtividade; o tempo do sujeito ser e existir é deve ser aquele que o capital impõe. Assim, este estudo se dedicou a discutir possíveis consequências da produtividade acadêmica na saúde mental dos docentes.

Esta investigação se destina a contribuir para o alargamento dos estudos desta área, além de refletir como estão os docentes atuantes nas universidades brasileiras. Tendo em vista este cenário que impulsiona este trabalhador a um labor intenso e desmedido, entende-se que, de alguma maneira, a saúde mental é afetada.

Este trabalho foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica. Com este tipo de estudo foi possível fazer uma revisão da literatura que viabilizou a análise crítica sobre o tema.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira está o marco teórico; o conceito de produtivismo acadêmico que fornece pistas para a discussão que ocorrerá na pesquisa bibliográfica sobre a saúde mental dos docentes. Em um segundo momento, será exposta a metodologia utilizada, seus benefícios e limitações e, no segmento seguinte, discutiu-se como este produtivismo acadêmico afeta a saúde mental do docente; como o aumento de sua carga de trabalho promove o adoecimento e uso de medicamentos. Na última parte foram apresentadas as considerações finais e sugestões para futuros estudos.

2. Produtivismo Acadêmico

Antes de conceituar produtivismo acadêmico cabe compreender de que ponto histórico se parte para fazer sua análise. Dardot e Laval (2016) percebem, por vezes, a subordinação ao capital através do discurso de engajamento, oriundo da literatura gerencial dos anos 1990. Segundo os autores, também a flexibilidade, a criatividade e a rede de contatos constituem uma representação coerente, cheia de promessas, que favorece a adesão dos assalariados ao modelo empresarial do capitalismo. “Eles tendem a acreditar piamente no que o novo capitalismo diz de si mesmo” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 324). Ainda conforme os autores, trata-se da face sedutora e estritamente retórica dos novos modos de poder. Contudo, não se pode esquecer que esta nova forma de poder tem efeito na constituição de uma subjetividade particular utilizando-se de técnicas específicas. O discurso gerencial também visa disciplinar o sujeito.

A captura da subjetividade do sujeito o faz estar inteiramente envolvido com a atividade que ele tem de cumprir. De acordo com Dardot e Laval (2016), novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito faz com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si próprio. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, intensificando seus esforços como se essa conduta viesse dele próprio, de uma decisão sua, por si mesmo, e não que lhe tenha sido inculcada. E, assim, dialeticamente, o sujeito elimina qualquer sentimento de alienação ao eliminar qualquer distância entre si e a empresa que o emprega. Para os autores, é como se ele fosse comandado por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. Sguissardi e Silva Jr (2018) observam que a mundialização do capital e a reforma do Estado dos anos 1990 resultaram em um enaltecimento do produtivismo e do foco em metas, tanto para o campo privado quanto para o campo público. Este modelo afeta, também, os agentes do campo da educação.

Ainda conforme os autores, tanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tem políticas institucionais orientadas pela ideologia do produtivismo acadêmico como política de Estado e de cultura institucional, tornando-se um projeto de país que se pôs em movimento desde o governo do presidente Fernando Henrique e que perdurou nos governos de Lula e Dilma.

Nesse contexto neoliberal, Lyotard (2011) explica que o saber se transformou numa mercadoria informacional necessária para o sistema produtivo, visto que o mesmo não deve ter outro destino se não o de alimentar a produção. O professor passa a ser um elo essencial nessa cadeia produtiva, criando a necessidade do mesmo se aperfeiçoar para atingir as novas demandas do mercado. A educação e o ensino são deixados de lado. O aluno quer o diploma para o mercado.

Outro problema seríssimo é o comprometimento ético do docente. Ricci (2009) considera, por exemplo, o corporativismo acadêmico¹ como o motor que estimula o aumento de produção tão cobrada nos dias de

¹O corporativismo acontece quando profissionais se unem por afinidades socioeconômicas. É a doutrina das corporações. Portanto, pode-se afirmar que visa o desenvolvimento da cooperação e da lealdade concorrencial, o consenso entre pares, a valorização da comunidade que se forma e suas próprias profissões. Visa-se o bem estar de seus membros, quer organizando, desenvolvendo ou harmonizando a ação profissional para o bem desta própria sociedade (PUSCH, 2011). O corporativismo pode funcionar como canal de legitimação de um sistema capitalista (BOBBIO, 1998).

hoje: “O corporativismo acadêmico também se cristaliza em ‘comunidades de pesquisadores’ que, muitas das vezes são confrarias que se citam e criam redes de publicações, num esforço de autorreferenciamento contínuo, uma espécie de ‘mercado cativo’” (RICCI, 2009, p. 20).

Ele diz que o foco para o produtivismo acadêmico se iniciou nos anos 1990 e que “produz-se como nunca. Uma produção fincada numa estratégia de sobrevivência pessoal e organizacional que fez da vida acadêmica algo muito distante do mundo e da prática intelectual” (IBID., p. 21). Comparando esta prática com a de uma organização, o autor conclui: “Transformamos a produção acadêmica em mero ofício. Um ofício que passou a migrar da universidade para o mercado e o mundo político, retornando, algumas das vezes, à universidade” (IBIDEM).

Apesar dessa busca pelo alcance de meta em produção levar a uma solidariedade acadêmica entre pares – definida por Patrus et al. (2015) como compromisso mútuo entre os pesquisadores –, ela pode ser tida como duvidosa, pois o processo leva ao mesmo tempo a competição entre iguais. Bianchetti e Valle (2014) acreditam que os professores e pós-graduandos são compelidos a se preocupar com índices, rankings /classificações, pois destes derivam bolsas de produtividade as quais nem todos terão acesso, criando situações que envolvem grande grau de competição, não apenas entre programas, mas entre pares:

As notas atribuídas aos programas instituem uma concorrência pelos recursos financeiros, instaurando verdadeira competição entre os pesquisadores de uma mesma área e acirrando a pressão sobre eles, seus orientandos no doutorado, no mestrado e (...) sobre a própria coordenação, além de propiciarem uma verdadeira “caça às bruxas”, internamente aos programas (SGUISSARDI e SILVA JR., 2018, p. 15).

A universidade perde sua autonomia. Suas competências são transferidas para o Estado por intermédio de instituições como a CAPES e o CNPq. Além disso, por serem conservadoras, não percebem o desafio de repensar o papel do Estado e assim tentarem se autoavaliar.

Tendo em vista este cenário social e político, conforme Ferreira (2015), conceitua-se o produtivismo acadêmico, correspondente a uma lógica de mercado, como o aumento de quantidade de artigos científicos publicados, sem que este esteja relacionado com a melhora da qualidade intelectual. Além de se relacionar com o quantitativo de publicação artigo, o termo produtivismo acadêmico pode ser remetido às várias incumbências as quais os professores devem executar dentro de suas 40 horas de trabalho semanais: preparar e ministrar aulas; elaborar, aplicar e corrigir provas; participar de congressos e simpósios; orientar monografias, dissertações e teses; avaliar trabalhos e participar de bancas; analisar e dar parecer sobre artigos para eventos e publicações, conceder entrevistas, além de responder por atribuições administrativas no seu departamento ou instituto.

O produtivismo acadêmico traz consequências para o âmbito das produções acadêmicas e para a vida institucional e pessoal dos profissionais que se dedicam ao ensino e à pesquisa (BIANCHETTI & VALLE, 2014). É importante assim considerar o impacto deste modelo na saúde mental dos docentes.

3. Metodologia

Este artigo se pauta na pesquisa bibliográfica e tem por interesse aprofundar o tema saúde mental do docente a partir do marco teórico da produtividade acadêmica. Pautado na pesquisa qualitativa e com o auxílio da revisão de artigos e livros, foi possível discorrer, de forma crítica, sobre o tema proposto e pensar não só no trabalho executado pelo docente, mas nesse sujeito enquanto humano que é seduzido, que possui desejos, que pode ser alienado, em suma, nesse ser que sofre e que sente.

A escolha por esse tipo de estudo se deve ao fato de que, com ele, torna-se possível reunir os conhecimentos produzidos por um determinado tema, viabilizando identificar e reforçar informações a

respeito das pesquisas e conclusões de autores na área (SALAZAR, VIEIRA e OLIVEIRA, 2020), endossando os pareceres.

O uso de dados bibliográficos elaborados por autores que se debruçam sobre este tema, fomenta uma discussão bem fundamentada e dão suporte ao desenvolvimento de uma crítica sobre os modos como o produtivismo acadêmico se dá e como ele opera na saúde mental dos sujeitos. Apesar desta metodologia se encerrar na discussão daqueles que tomam este assunto como ponto de partida – o que priva este trabalho de um debate que seja, talvez, mais complexo –, ela é efetiva em apresentar de forma sucinta e direta o assunto em questão.

4. As Consequências do Produtivismo Acadêmico

4.1. A Pressão Pela Intensificação do Trabalho

Patrus et al. (2015) denunciam a sobrecarga de trabalho do professor, que além de dar aulas, pesquisar, orientar e publicar, recebe inúmeros pedidos de parecer de artigos e demais produtos acadêmicos. Pensando no impacto que a lógica produtivista tem na vida do professor, Godoi e Xavier (2012) colocam que em busca do cumprimento das novas metas de trabalho, a carga horária aumenta consideravelmente.

A incitação à autossuperação por meio do esforço exagerado, que se concretiza em aumento de tarefas e horas de trabalho e busca desenfreada pelo alcance de uma produtividade sem propósito real, bem como, segundo Dardot e Laval (2016), os efeitos dessa gestão por meio de objetivos, metas e projetos e a intensificação dos controles na vida do sujeito têm relação com o aumento do sofrimento no trabalho. As relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação de cada indivíduo, se manifestam em suas vivências de prazer-sofrimento, nas patologias sociais, na sua saúde e no seu adoecimento, no processo de alienação que este sujeito sofre.

Para Mancebo (2010), no capitalismo moderno, o processo de alienação carrega implicações para a subjetividade, conduzindo as pessoas a uma afetividade amortecida. Conforme a autora, a plasticidade subjetiva aberta à flexibilidade do trabalho pode conduzir, entre outros fatores, a uma relação de alienação, opressão ou disciplina, na qual o indivíduo se submete às exigências tal como as recebe (MANCEBO, 2010), sem criticá-las. Um sistema social baseado na competição, no mercado e na apropriação ilimitada de bens conduz à perda da razão social da vida, significando a abstração, a alienação do “lado social da vida humana” (MÉSZAROS, 2006, p. 160).

Outra arma utilizada para engessar as ações dos docentes, evitar a reflexão e mantê-los omissos é ocupá-los. Todo o tempo do indivíduo é ocupado com o seu trabalho, até mesmo quando não está trabalhando. Acreditando na verdade de que ter as tarefas cumpridas significa atingir metas e manter certo status, os docentes vão assumindo responsabilidades que extrapolam seu papel.

Pode-se observar essa carga em um exemplo concreto apresentado por Sguissardi e Silva Jr (2018): o crescimento da contratação de docentes é cerca de 2,2 vezes menor do que o aumento dos cursos no país e 1,5 menor que o número das matrículas. Os autores (2018) também descobriram que, enquanto no setor privado o aumento de matrículas corresponde praticamente ao aumento idêntico das contratações de docentes, no setor público o aumento do número de docentes é 3 vezes ou 33% menor que o aumento do número de matrículas. Todos esses números, pontuam os autores (2018), significam, em princípio e na perspectiva da principal hipótese deste estudo, que uma alta na relação professor-aluno gera maior carga de trabalho. E, segundo eles, essa sobrecarga afeta a qualidade do ensino ofertado, gera consequências como intensificação e precarização do trabalho docente e prejudica a saúde e qualidade de vida dos professores.

Sguissardi e Silva Jr (2018) indicam que a crescente intensificação de trabalho do professor de universidade federal, principalmente os da pós-graduação, é combinada com uma precarização do

trabalho. Um dos motivos são as extremas exigências que esta sua posição lhe impõe em face da avaliação da CAPES. Ambos (2018) relembram que esses docentes, além de enfrentarem um grande número de alunos em sala, prepararem aulas, corrigirem provas e orientarem alunos, também dão aulas na graduação, atendem seus alunos; fazem suas pesquisas, relatórios de pesquisa, escrevem artigos, livros e pareceres para publicação, participam de congressos; e, em face de sua condição salarial, buscam um complemento de remuneração prestando serviços, num tempo e espaço comprimidos, em consultorias e MBA's. Esse acúmulo de tarefas acarreta graves consequências para sua saúde e para suas relações familiares, em razão, por exemplo, da jornada de trabalho extra em casa e nos finais de semana.

Andrade (2018) fala sobre o alto número de atribuições dos professores extrapolar a jornada semanal de trabalho, ou seja, os docentes trabalham nas férias, recessos, finais de semana, feriados, ou quaisquer períodos institucionalmente destinados ao descanso e lazer, pois suas atividades e demandas não cessam. Andrade (2018) e Mancebo (2007) explicam que eles usam esses intervalos para “botar as coisas em dia”: adiantando serviços burocráticos, lendo e escrevendo artigos, respondendo e-mails, preparando projetos, de maneira que, como salienta Mancebo (2007, p. 77), “o professor vai fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina”.

Alves (2017) reforça este dilema. A autora se preocupa com a forma como alguns professores incorporaram essa vivência de trabalho intenso e contínuo à sua rotina, de modo a naturalizar não ter tempo para o lazer, para a família e os amigos e mesmo para o descanso de finais de semana e férias. O docente toma o seu trabalho com paixão, ao mesmo tempo em que pensa ser sua obrigação cuidar de sua qualificação e de um programa inteiro, convertendo a atividade laboral em droga cotidiana.

Brum (2016) comenta sobre a irracionalidade da intensificação do trabalho, a qual é aceita e vive-se sem perceber, na maioria das vezes, o quanto ela é doentia:

Estamos exaustos e correndo. Exaustos e correndo. Exaustos e correndo. E a má notícia é que continuaremos exaustos e correndo, porque exaustos-e-correndo virou a condição humana dessa época. E já percebemos que essa condição humana um corpo humano não aguenta. O corpo então virou um atrapalho, um apêndice incômodo, um não-dá-conta que adocece, fica ansioso, deprime, entra em pânico. E assim dopamos esse corpo falho que se contorce ao ser submetido a uma velocidade não humana. Viramos exaustos-e-correndo-e-dopados. Porque só dopados para continuar exaustos-e-correndo (BRUM, 2016).

As palavras de Brum refletem a realidade de uma grande parcela da população mundial, (não só brasileira), incluindo os professores que, como já foi visto, há os que fazem uso de medicação. Diante disso, Insfran e Ladeira (2020) escutaram de um docente que ele toma medicamentos devido a questões do trabalho que lhe tiram o sono. O referido professor disse a eles que sofre de ansiedade, distúrbio do sono, estafa e faz uso eventual, por conta própria, de Rivotril. Quando não ficam doentes, pode-se encontrar os professores indignados. Apresenta-se um depoimento sobre o assunto, feito por um docente de pós-graduação a Sguissardi e Silva Júnior (2018, p. 194): “Por isso eu digo que é o sequestro da subjetividade [...] Eu não estou ganhando nenhum centavo a mais com isso. Estou com muito mais trabalho, mais irritação, mais problema, muita atividade administrativa de secretaria”.

Aliado ao serviço que nunca se finda e ao estímulo por produzir, é importante lembrar também que, na sociedade de controle, nunca se termina nada, até mesmo a formação do indivíduo é permanente (PAULA & SUETH, 2015), vide os pós-doutorados. O pós doutorado não é um grau acadêmico, porém é observada uma ânsia no meio acadêmico por se obter mais esse título. O professor não para os estudos formais. Na verdade, enquanto doutores, já estão prontos para usar seu conhecimento “em campo” e a favor da sociedade; até mesmo para alterá-la. Contudo, para impedir que o docente reflita sobre a realidade e lute por mudanças necessárias, o capitalismo exige hoje o pós-doutoramento, assim mantém por mais tempo ainda o professor alheio dentro da academia, focado nos estudos e produção de artigos, e com pouco tempo para se dedicar as suas necessidades enquanto cidadão e trabalhador.

Costa (2004) concorda que a sociedade de controle é marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (uma rede que é difusa) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguem terminar coisa nenhuma, pois estão sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto.

Avila (2010) também corrobora que a formação permanente faz parte da sobrecarga de tarefas demandadas aos docentes pelas instâncias superiores. Como forma de controle burocrático e de uma vigilância direta e constante visando certificar que a produtividade está a todo vapor, a intensificação do trabalho docente se mostra cada vez mais real. Junto às atividades de ensino e pedagógicas aliam-se responsabilidades e atribuições administrativas e de gestão e a busca pela formação continuada. A autora explica que o discurso de incitação à profissionalização é uma estratégia de governo para o trabalho construída como política educacional. A narrativa é de que é preciso se manter estudando para alcançar o profissionalismo indispensável à educação e para “reciclar” as competências necessárias ao mercado de trabalho hoje.

Além disso, ao passo em que se espera que a educação possa promover uma mobilidade do sujeito frente às demandas sociais e lhe garantir mais autonomia, ela é dirigida às métricas, à produtividade. Isso se deu, principalmente, após a implantação do neoliberalismo no país com todo seu arcabouço sobre gestão e qualidade que encobre formas de controle e manipulação das subjetividades. Em entrevista, Sguissardi e Silva Júnior (2018) escutaram o seguinte depoimento de um entrevistado:

Então acho que hoje a universidade sequestra dos professores a subjetividade, porque vai além do que você produz ali fisicamente. **O tempo inteiro ela está te sugando e usando controles sutis e sofisticados.** E acho que é isso que a maioria dos professores não entende. Quando chega um novo tipo de gestão, um novo modelo organizacional: ‘Ah, vamos pra reunião discutir gestão estratégica, qualidade total’. Toda hora vem alguém com uma história assim e a gente está cada vez mais trabalhando mais. [grifo dos autores] (SGUISSARDI & SILVA JÚNIOR, 2018, p. 193).

Rosso (2008) afirma ainda que as mudanças tecnológicas, além de sua função primeira de substituir o trabalho, contribuem para aumentar sua intensidade. Mancebo (2007) também compreende que o trabalho docente, além de flexível e multifacetado, perpassado por atividades e exigências diversas que não cessam nem em época de greve ou férias, gera uma jornada de trabalho intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho) que, atualmente, está facilitada pela introdução das novas tecnologias. A internet, por exemplo, tem auxiliado muito o trabalho remoto, inclusive fora do horário regular do serviço.

Dejours (2008), apresenta outro problema: além da intensificação do trabalho por conta da elevada carga de trabalho, há ainda a degradação progressiva das relações sociais de trabalho. Afinal, segundo o autor (2012), a precarização não concerne apenas ao emprego, mas também a toda extensão social e existencial do indivíduo.

Insfran e Ladeira (2020) explicam que, no contexto capitalista neoliberal, é difícil não se deixar capturar pela lógica individualizante, competitiva e irracional que sustenta todo o processo. Os autores falam que os donos do capital pregam falaciosamente que é preciso estar permanentemente correndo, produzindo, para não ficar para trás, para que os outros não ultrapassem. Se o sujeito parar, os outros, meritocraticamente, vão galgar melhores lugares. Além do trabalho intensificado, Insfran e Ladeira afirmam que esse estímulo à competição desumano também leva à exaustão, mas o discurso é que ele é o único meio de se sobreviver.

Soma-se a isso, a maneira como o docente é enredado a apoiar o sistema produtivista. Há um discurso aliado a promessas de recompensas e status que conduz o trabalhador a aceitar as tarefas que extrapolam seu cargo. Para Dejours (2008), este aumento de trabalho somado à precariedade a qual os trabalhadores estão expostos, aliado a relações incongruentes no âmbito do trabalho – relacionamentos que perpassam por decisões arbitrárias, desconfiança, concorrência entre pares, ganância e ambição de formas

desenfreadas, etc. –, deixa os trabalhadores fatigados. Além disso, acrescenta o autor, reforça o individualismo, faz com que os indivíduos adoçam e tenham muitas dificuldades para reagir coletivamente.

4.2. O Adoecimento Pela Intensificação do Trabalho

A busca por resultados, em meio à polivalência de funções acadêmicas, é um dos aspectos contributivos da precarização do trabalho docente que se reflete na saúde dos professores. No Brasil e na América Latina, esta precarização tem sido agravada pela flexibilização trabalhista em toda “a rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõe propriamente o fazer acadêmico” (BOSI, 2007, p. 1505).

Sguissardi e Silva Jr (2018) apontam que a alienação que predomina no cotidiano acadêmico é um elemento fundamental da intensificação e precarização do trabalho e do adoecimento dos professores, bem como é utilizada como pretextos para a “valorização” do produtivismo acadêmico.

Além disso, para Lemos (2007), quando dentro da própria academia as suas ações concordam e vão em direção às demandas externas, aprofunda-se a fragmentação entre pensar e agir; na medida em que o Estado orienta a carreira para a pesquisa incentivando o docente por meio de recursos e recompensas. Todavia, esse sistema meritocrático de financiamento individual externo transforma o ensino em algo menos importante, ou seja, estimula-se a competição, a qual gera o esgarçamento do vínculo social e conflitos interpessoais, criando, muitas vezes, um clima de trabalho desfavorável a integração do conhecimento. Conclui a autora que, quando tudo isso se une à intensificação do trabalho com atividades administrativas que sobrecarregam o professor e o deixam sem tempo para o lazer e alienado da realidade, tem-se uma organização do trabalho que faz adoecer.

Godoi e Xavier (2012, p. 462) afirmam que o “professor-pesquisador por sua ‘própria vontade’, a fim de atingir as metas estabelecidas, aumenta em muitas horas seu trabalho semanal”. Ainda de acordo com os autores, à época, e conforme Rebolo et al. (2020) os riscos na saúde do professor-pesquisador vêm sendo cada vez mais constatados por pesquisadores. Observando os anos das pesquisas desses autores, é urgente que, se em quase 10 anos não houve uma mudança no cenário, se continue a sinalizar os efeitos dessa pressão gerada pelo excesso de trabalho na vida pessoal e o adoecimento que advém do modelo mercantil de ensino.

Godoi e Xavier (2012, p. 462) citam Santana (2011), que apresentou um estudo sobre docentes de pós-graduação, após implantação do novo método Capes de avaliação, em voga desde 1998, cujo resultado verificou que os professores “apresentaram aumento nos pedidos de licenças médicas, principalmente por sintomas ou sequelas de doenças cardiovasculares”. Percebe-se que são os professores de maior produção científica os que apresentam a maior incidência de doenças cardiovasculares e intervenções cardíacas. Ferreira (2015) também apresenta uma pesquisa realizada em seu departamento, onde constata-se que, em um período de quatro anos (2009 a 2013), houve uma forte tendência de afastamento por motivos de problemas cardíacos. Inclusive, ela relata que um dos professores sofreu o infarto dentro da universidade e que o coordenador do programa de pós-graduação do mesmo departamento recebeu uma licença médica de seis meses após oito dias internado devido a um princípio de infarto, mas não fez uso da licença; ele não se ausentou os seis meses devido à carga de trabalho que possui. Ainda em 2019, outro docente que atua no âmbito da graduação e da pós-graduação no mesmo local, infartou e ficou licenciado.

Campos (2011), Silva, Heloani e Piolli (2012), Silva e Mancebo (2014), Sguissardi e Silva Jr (2018) e Insfran e Ladeira (2020) citam a modalidade de administração acadêmica instrumental, a implantação de metodologias educacionais em sintonia com as necessidades do mercado, a modernização neotaylorista – pretensamente tão “eficiente” – e a precarização e intensificação do trabalho responsáveis ainda por

outros tipos de adoecimentos como estresse, gastrite, depressão (incluindo a Síndrome de Burnout), ansiedade e insônia. Sguissardi e Silva Jr (2018) e Insfran e Ladeira (2020) ainda elencam alguns remédios que os professores têm tomado – Rivotril, Clonazepam e Alprazolam para ansiedade e Ocadil, Paroxetina, Citalopram e Venlafaxina, todos para depressão, segundo a bula.

O levantamento do uso desses remédios é um dado importante que demonstra as consequências deste desenfreado produtivismo acadêmico. “Não podemos permitir que, a fim de atender aos interesses mercantis do capital, a vida acabe sendo medicalizada” (INSFRAN & LADEIRA, 2020, p. 328).

Facci e Urt (2020) identificam que os impactos do cerceamento ideológico na subjetividade do professor são também um dos motivos de adoecimento e sofrimento aos docentes. Inclui-se, neste caso, problemas relacionados à saúde mental. É importante recordar que muitos transtornos mentais e problemas depressivos são identificados ao se estudar alienação e subjetivação na área acadêmica. Silva e Mancebo (2014) também puderam verificar isto em uma universidade federal, a UFF, no período de 2000-2012. Os autores consultaram os livros de Licença Médica e de Junta Médica dos anos de 2000 a 2012 da instituição, e puderam detectar a prevalência de transtornos mentais e comportamentais nos trabalhadores docentes, com destaque para os problemas depressivos.

Não se pode esquecer ainda que é típico da intensificação do trabalho docente problemas “comuns” como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), problemas na coluna e problemas nas cordas vocais.

Por que isto tem acontecido? A lógica da intensificação do trabalho segue o discurso de engajamento que leva o trabalhador a assumir funções além das estipuladas para seu trabalho, causando-lhe, além de adoecimento, sofrimento (MORAES, 2013).

Para entender saúde e sofrimento no trabalho, é preciso também considerar o reconhecimento – fator importante na constituição da identidade do sujeito. “As doenças ocupacionais estão associadas ao reconhecimento do profissional” (ANDRADE, 2018, p. 54). Conforme Bouyer (2010), quando falta reconhecimento e mobilização, ou estes são dificultados, abre-se espaço para o sofrimento e, posteriormente, às vezes, para as descompensações psicopatológicas. Segundo o autor, esta é a gênese dos danos à estrutura psíquica dos trabalhadores causada pela organização do trabalho em suas novas facetas no mundo contemporâneo.

Bosi (2007) realizou entrevistas com docentes de pós-graduações e escutou de um professor que quando um artigo seu não é reconhecido, ele não pensa que o trabalho não foi aceito, ele sente que ele próprio foi rejeitado. Dejours (2007) como citado em Moraes (2013) destaca que o aumento do sofrimento faz avançar o individualismo, minando a cooperação, o reconhecimento e os espaços de convívio. Somado a isto, os métodos de avaliação individual ajudam a aumentar a competição também, desestruturando a rede de solidariedade entre os trabalhadores.

Além disso, o trabalhador é incentivado a ser autossuficiente, contudo, em grande parte do tempo, ele não alcança o que é proposto individualmente. Em entrevista, Campos (2014), diz que “o trabalho está posto e você vai realizar. Mas nem sempre consegue. Na maioria das vezes você se aproxima do que lhe foi pedido e cria mecanismos para que não sofra por aquilo”. Ao não conseguir ou não saber fazer o que foi imposto, o indivíduo vivencia o sofrimento por se sentir fracassado. Para ultrapassar essa sensação e tolerar o sofrimento, o sujeito precisa agir.

Segundo Rebolo et al. (2020, p. 229), “no caso dos professores, essas ações são geralmente nomeadas como mecanismos de defesa, estratégias de defesa, resiliência, estratégias de enfrentamento (...) ao adoecimento”. Segundo Moraes (2013), fazem parte destas estratégias de defesa para a subversão do sofrimento em prazer, os espaços de cooperação, de fala e de reconhecimento. Contudo, de acordo com o autor, quando se esgotam os recursos defensivos de alguém e o sentimento de fracasso é constante, esse sujeito passa a desencadear um adoecimento, situação em que o sofrimento chega a ser considerado

patogênico.

Ao observar as várias demandas e as dicotomias as quais trabalho docente está pautado é preciso reconhecer que, quando se trata de produtivismo acadêmico, nem sempre é viável.

É preciso ainda lembrar que o indivíduo também pode experimentar o sofrimento porque, ao tentar colocar em ação sua criatividade para cumprir o proposto e não conseguir, ele arruma maneiras nem sempre corretas de alcançá-lo; muitas vezes esbarrando no limite da ética. Algo que Ricci (2009) confirma ao elaborar sobre o corporativismo acadêmico.

Bouyer (2010) nomeia o agir deste sujeito de inteligência astuciosa, “jeitinho”, artimanha, clandestinidade: “A ação se torna clandestina e transgressora. Clandestinidade e transgressões eficazes, úteis, mas que oferecem riscos de punição, de demissão. Isto é fonte de medo, ansiedade e angústia” (p. 257). Ou seja, mesmo que o agir do sujeito seja eficaz, ele atua com medo de ser surpreendido, denunciado, punido. Para o autor, mesmo que o sujeito demonstre aparente tranquilidade, ele pode estar travando lutas internas incansáveis com as regras do sistema que, muitas vezes, nem mesmo dão sentido à atividade. “Tudo fica escamoteado em perigoso e maléfico silêncio. A normalidade do funcionamento destes sistemas de produção esconde um esforço incomensurável do operador para manter o processo sob controle” (BOUYER, 2010, p. 257).

Outrossim, o trabalhador também é passível de adoecer devido ao modelo mecanicista-produtivista. Freitas (2013) aponta as complicações que esta forma de trabalho no ambiente docente acarreta para a saúde dos professores: gastrite, fadiga muscular e psíquica, dor nas costas e nas pernas, problemas na voz, insônia, estresse, tristezas profundas, obesidade, entre outros.

Vieira, Mendes e Merlo (2013) e Rebolo et al. (2020) recordam que dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho – e de outras entidades revelam que os trabalhadores tem adoecido, acidentado e morrido por causa do trabalho. O número de professores afastados de suas atividades laborais por motivos de saúde cresceu significativamente. “De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão docente é considerada como uma das mais estressantes, com repercussões negativas na saúde física, mental e no desempenho profissional” (REBOLO et al., 2020, p. 215).

5. Considerações Finais e Sugestões de Pesquisa

Através da exposição dos autores foi possível demonstrar que, nos últimos anos, alterações no mundo do trabalho conduziram ao esfacelamento do coletivo do trabalho, degradação das relações e acentuaram o sofrimento dos trabalhadores, a ponto de transformá-lo em patogênico. Novas formas de se gerir o trabalho, relacionadas ao modo de acumulação do capital e flexibilização trabalhista expandiram-se no país na década de 1990.

O avanço da tecnologia, dominação do trabalho e os discursos de engajamento fizeram com que o trabalhador assumisse atividades além das estipuladas para sua função, como tarefas de gestão, aumentando a alienação e a submissão consentida, ou seja, aumenta-se a prática de ações que beneficiam o funcionamento da organização, mas não, necessariamente, a condição de trabalho desse sujeito, que persiste precária.

É importante lembrar que o adoecimento dos professores é resultado de um processo complexo que, embora pertença ao âmbito do subjetivo, está altamente relacionado com o contexto social – por exemplo, com o conturbado momento em que se vive –, com o funcionamento do modo de produção capitalista e com as múltiplas variáveis da organização onde o trabalho é realizado e suas especificidades laborais.

Se de um lado concluiu-se que a organização do trabalho contemporâneo adocece, por outro, é preciso

analisar e discutir os fenômenos responsáveis por impedir a mobilização subjetiva do trabalhador. Dito isto, é necessário ainda a conscientização do processo histórico de dominação das elites sobre a classe trabalhadora, com apoio do Estado, por meio de discursos e outros mecanismos que capturam as subjetividades, para assim haver a possibilidade de resistir a alienação ou ao adoecimento. Sabe-se que tomar ciência de todo engodo capitalista não é condição suficiente para uma transformação das condições de vida subjugada, mas é um passo para pensar como será o embate que poderá ser travado contra o status quo vigente.

5. Considerações Finais e Sugestões de Pesquisa

Através da exposição dos autores foi possível demonstrar que, nos últimos anos, alterações no mundo do trabalho conduziram ao esfacelamento do coletivo do trabalho, degradação das relações e acentuaram o sofrimento dos trabalhadores, a ponto de transformá-lo em patogênico. Novas formas de se gerir o trabalho, relacionadas ao modo de acumulação do capital e flexibilização trabalhista expandiram-se no país na década de 1990.

O avanço da tecnologia, dominação do trabalho e os discursos de engajamento fizeram com que o trabalhador assumisse atividades além das estipuladas para sua função, como tarefas de gestão, aumentando a alienação e a submissão consentida, ou seja, aumenta-se a prática de ações que beneficiam o funcionamento da organização, mas não, necessariamente, a condição de trabalho desse sujeito, que persiste precária.

É importante lembrar que o adoecimento dos professores é resultado de um processo complexo que, embora pertença ao âmbito do subjetivo, está altamente relacionado com o contexto social – por exemplo, com o conturbado momento em que se vive –, com o funcionamento do modo de produção capitalista e com as múltiplas variáveis da organização onde o trabalho é realizado e suas especificidades laborais.

Se de um lado concluiu-se que a organização do trabalho contemporâneo adocece, por outro, é preciso analisar e discutir os fenômenos responsáveis por impedir a mobilização subjetiva do trabalhador. Dito isto, é necessário ainda a conscientização do processo histórico de dominação das elites sobre a classe trabalhadora, com apoio do Estado, por meio de discursos e outros mecanismos que capturam as subjetividades, para assim haver a possibilidade de resistir à alienação ou ao adoecimento. Sabe-se que tomar ciência de todo engodo capitalista não é condição suficiente para uma transformação das condições de vida subjugada, mas é um passo para pensar como será o embate que poderá ser travado contra o status quo vigente.

Referências

ALVES, EstefanniMairla. *Do Aperfeiçoamento ao Controle da Formação: As Metamorfoses da Avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil*. 155 f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará. Centro de Educação da UECE, Fortaleza/CE, 2017.

ANDRADE, Juliana de Souza. *DA LIBERDADE À “GAIOLA DE CRISTAL”*: sobre o produtivismo acadêmico na pós-graduação. 94p. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Juazeiro - BA, 2018.

AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. *Mercantilização do Ensino Superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior*. 251p. **Dissertação**(Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de

Janeiro. RJ. 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, RJ. V.22, n. 82, pp. 89-110. Janeiro/março, 2014.

BOBBIO, Norberto et al. 1909. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Coord. trad. João Ferreira. Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.). Obra em 2 vol.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Revista Educação & Sociedade*. v. 28. nº 101, pp. 1503-1523. Campinas, set/dez, 2007.

BOUYER, Gilbert Cardoso. *Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador”*. Rev. bras. saúde ocup., Ensaio. São Paulo, v. 35, nº 122, p. 249-259, 2010.

BRUM, Eliane. *Exaustos-e-correndo-e-dopados*. Jornal El País, 4 de julho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html. Acesso em: 09 de junho de 2021.

CAMPOS, Francisco Jadir de Souza. *Trabalho Docente e Saúde: Tensões da Educação Superior*. 103 f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Belém/PA, 2011.

CAMPOS, Francisco Jadir de Souza. *Pesquisa revela alto índice de adoecimento mental entre docentes da UFPA*. Entrevista concedida à Adufa - Seção sindical do ANDES-SN, 07 abr 2014.

COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, nº 1, p. 161-167, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 160p.

DEJOURS, Christophe. *Prefácio*. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte. *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 2ª ed. RJ: Ed. Fiocruz; 2008.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha [orgs.]. *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação*. Apresentação (**E-book**). Campo Grande, MS : Editora UFMS, 2020.

FERREIRA, Carla Guimarães. *Percepções dos docentes avaliados pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): um estudo sobre o produtivismo acadêmico*. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Administração). Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Administração – Programa de Pós-Graduação em Administração, Niterói, 2015. 174 p.

GODOI, Christiane Kleinübing; XAVIER, Wlamir Gonçalves. O produtivismo e suas anomalias. Vol. 10, nº 2, pp. 456-465. *Cadernos EBAPE.BR (online)*, 2012.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; LADEIRA, Thalles Azevedo. “Remédios? Eu Tomo Vários” – *Adoecimento e Medicalização Docente no Interior do Estado do Rio de Janeiro*. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha [orgs.]. *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação*. **E-book**. Campo Grande, MS : Editora UFMS, 2020.

LEMOS, Denise Vieira da Silva. *Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição*. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2007. 280 p.

- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 14ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MANCEBO, Deise. *Trabalho docente: subjetividade e sobreimplicação*. *Reflexão & Crítica*, v.20, nº1, 2007.
- MANCEBO, Deise. *Subjetividade docente*. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; DUARTE, Adriana M. Cancelli; VIEIRA, Livia M. Fraga. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAES, Rosângela Dutra de. *Sofrimento criativo e patogênico*. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Organizadores). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá, 512p, 2013.
- PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2015.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de; SUETH, Robson. *Política de controle do trabalho intelectual na pós-graduação*. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de (Org.). *Políticas de Controle Social, Educação e Produção de Subjetividade*. Florianópolis: Insular, 2015. 268p.
- PUSCH, Jaime. Ética e Organização Profissional [do engenheiro, do engenheiro agrônomo, do arquiteto] *Cadernos do CREA*, 4ª ed., nº 3. In: *Corporativismo. Revista CREA-PR*, ed. Nº 37, Curitiba. 2011.
- REBOLO, Flavinês; DIAS, Ribeiro Alcione; QUEIROZ; Vanderlei Braulino; FREIRE, Silvia S. Araujo. *Saúde e Adoecimento dos professores no Brasil: uma análise a partir das produções acadêmicas*. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha [orgs.]. *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação*. **E-book**. Campo Grande, MS : Editora UFMS, 2020.
- RICCI, Rudá. *A peculiar Produção Intelectual do Brasil recente*. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 100 – mensal. Setembro de 2009.
- ROSSO, Sadi Dal. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. 1ª ed. SP: Boitempo editorial, 2008.
- SALAZAR, Carlos Henrique Lourenço; VIEIRA, Fernando de Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Esteves de. *Terceirização: um panorama dos artigos publicados em periódicos brasileiros de administração no século XXI*. *Revista Valore-* v. 5 (edição especial): 245-255, 2020.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *O Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. 2ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. 295p.
- SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, José Roberto; PIOLLI, Evaldo. Autonomia Controlada e Adoecimento do Professor. *Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 2, nº 2, jul./dez. 2012.
- SILVA, Eduardo Pinto; MANCEBO, Deise. Subjetividade docente na expansão da UFF: Criação, refração e adoecimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26, nº2, p. 479-492, maio/ago. 2014.
- VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Organizadores). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. **Apresentação**. Curitiba: Juruá, 512p, 3013.

Recebido em: 20/10/2021

Aceito em: 05/11/2021

Endereço para correspondência:

Nome: Carla Guimarães Ferreira

Email: carla.guimaraes@fasfsul.com.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)